



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Direito Minerário

Direito Ambiental

Direito Tributário

Direito Penal

Mining Law

Environmental Law

Tax Law

Criminal Law

DECRETO Nº 9.406/2018. NOVO REGULAMENTO DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO


Direito Minerário
wfaa.com.br

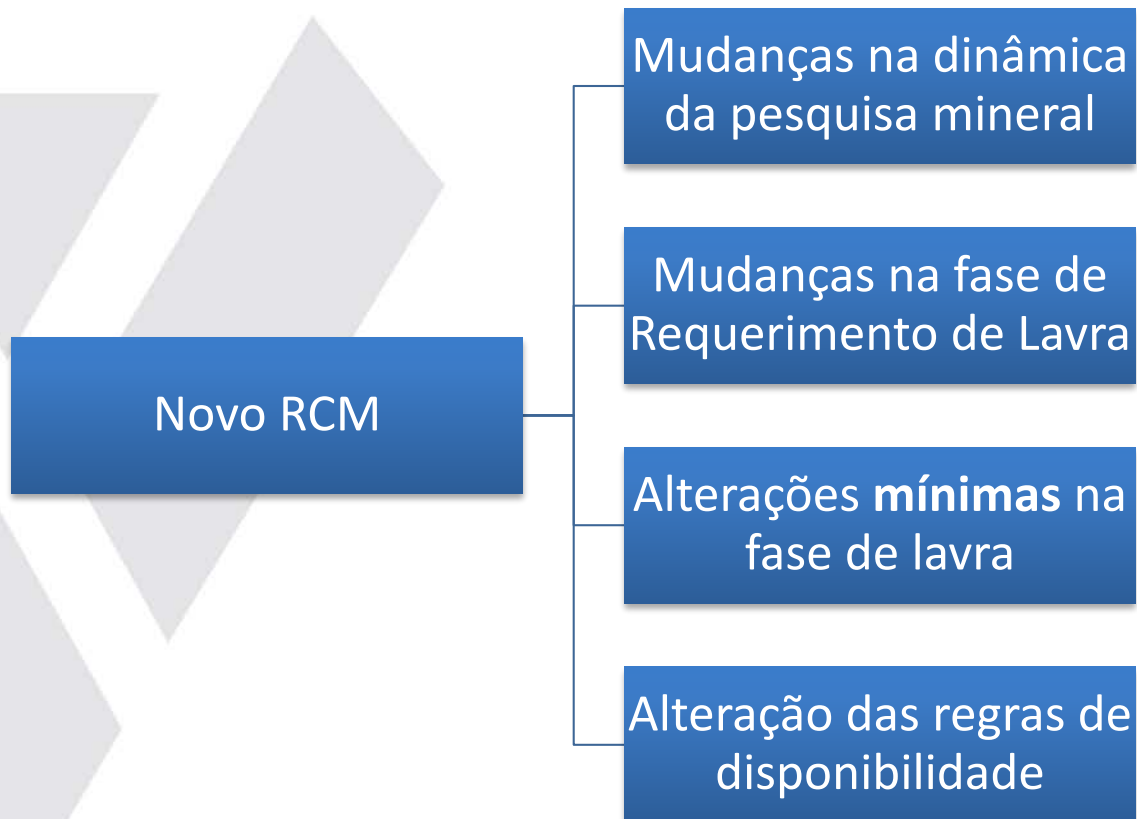


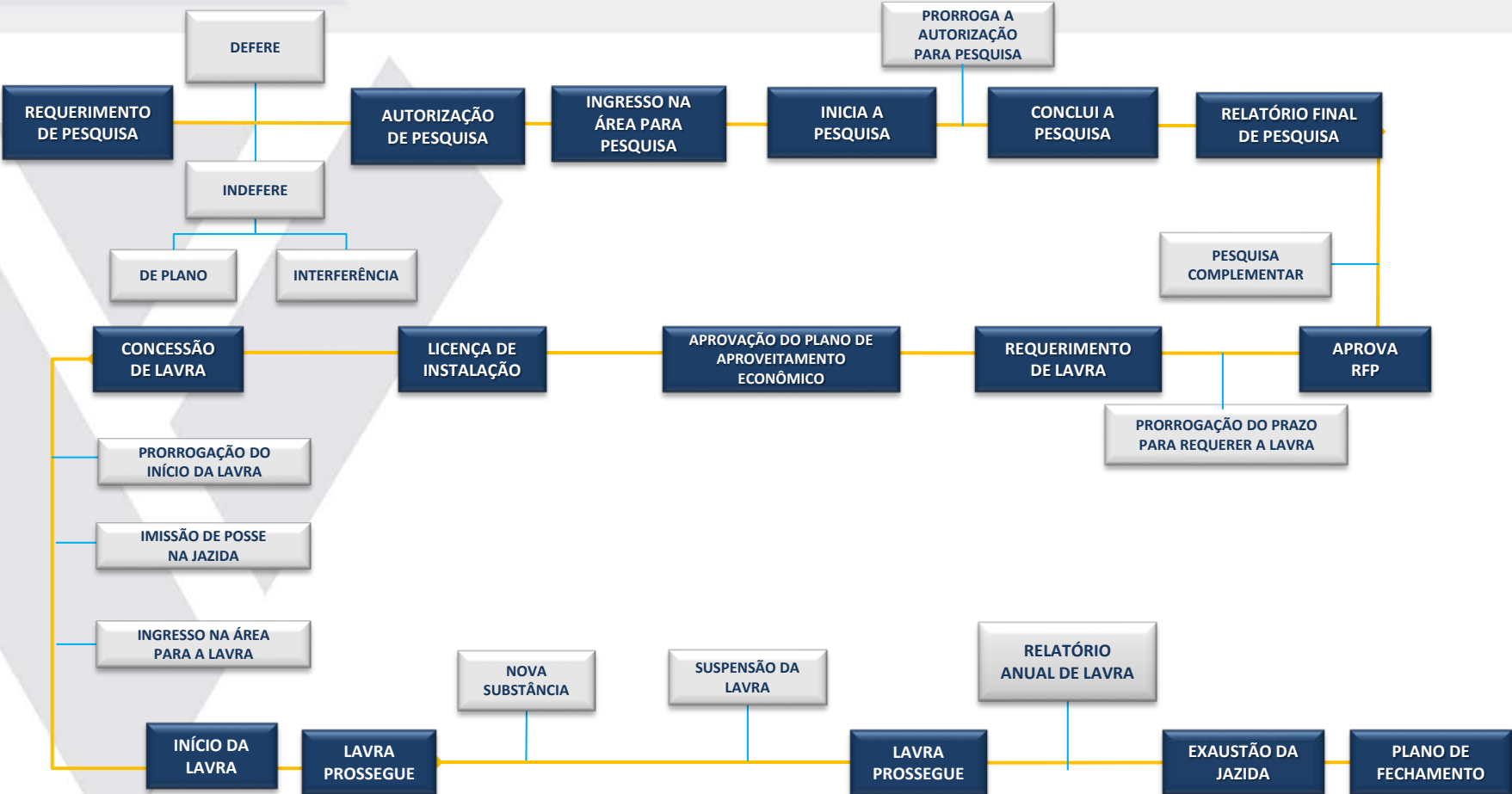
WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS





- 
- 26.07.17: Medida Provisória nº 790/17
 - 28.11.17: Medida Provisória nº 790/17, perde eficácia
 - 27.12.17: Publicação de Lei 13.575/17, criando a ANM
 - 13.06.18: Publicação do Decreto nº 9.406/18, o novo RCM
 - 28.11.18: Publicação do Decreto nº 9.587/18, instalando a ANM
 - 05.12.18: Entrada em vigor do novo RCM





Requerimentos de Pesquisa

É admitido, de forma expressa, a desistência parcial das áreas objetivadas nos Requerimentos de Pesquisa.



Alteração relevante
considerando os impactos
na TAH



Autorizações de pesquisa em vigor

Autorizações de Pesquisa em vigor

O RFP deverá comprovar a existência de recursos inferidos, indicados e medidos, bem como de reservas provadas e prováveis. A ANM estabelecerá a forma de declaração de resultados, que seguirá padrões internacionais.



Até então a declaração de resultados não observa padrões internacionais.

As atividades de pesquisa poderão continuar sendo realizadas após a apresentação do RFP, incluindo intervenções em campo, desde que para (i) melhor detalhamento da jazida e (ii) conversão de recursos medido e indicado em reservas provada e provável.



Até então, a condução de novas atividades de pesquisa dependia de uma Autorização Especial.

O prazo do Alvará de Pesquisa passa a ser prorrogado apenas uma vez (exceto nas hipóteses de impedimento de acesso à área de pesquisa ou de falta de assentimento ambiental).



Tal limitação, embora não expressa na legislação, já era aplicada na prática.

A não apresentação do RFP tempestivo manterá a área onerada até que ela seja posteriormente colocada em disponibilidade (leilão).



Até então, a área ficava livre.

Autorização de Pesquisa com pedido de prorrogação apresentado

Até que haja decisão a respeito do pedido de prorrogação tempestivamente apresentado, a pesquisa poderá continuar.



Até então, o
prosseguimento da pesquisa
dependia da renovação do
Alvará.

Requerimentos de Lavra

O prazo para cumprimentos de exigências para melhor instrução do PAE, que é de 60 dias, poderá ser prorrogado apenas uma vez. **Exceção: caso o não cumprimento decorra da inércia do Poder Público**

Até então, não existia limite de prorrogação, desde que o pedido fosse tempestivo e justificado.

Comprovar o início do processo de licenciamento ambiental no prazo de 60 dias, contados da intimação que receber nesse sentido

Até, então, o DNPM estabelecia o prazo de 180 dias para apresentar a LI. Admite-se a prorrogação, desde que o pedido seja tempestivo e justificado.

Demonstrar, a cada 6 meses, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e que a empresa está adotando as medidas necessárias para obtenção da Licença Ambiental.

Trata-se de obrigação nova, até então inexistente na legislação mineral.



Concessões de Lavra

Concessões de Lavra

MME e ANM deverão estimular os empreendimentos destinados a aproveitar rejeito, estéril e resíduos industriais. Para isso, previu a possibilidade de criação de procedimento simplificado para aditamento ao título.



Até então, o aproveitamento passava pela aprovação de um RRR, adequação do PAE.

Possibilidade de a empresa interromper as atividades de lavra após realizar o protocolo do requerimento de suspensão e até a decisão da ANM. Caso Gerdau precise suspender a produção, terá menor exigências burocráticas.



Até então, as atividades de lavra somente poderiam ser suspensas após decisão no DNPM.

Executar o Plano de Fechamento de Mina como condição para a extinção do Título Minerário.



A obrigação de executar o PFM já existia, mas não havia vinculação com a extinção do Título.

Observar o disposto na Política Nacional de Segurança de Barragens.



Alteração sem maiores impactos, já que a PNSB já era tratada em Portarias diversas.

Emissão de Declaração de Utilidade Pública para instituição de Servidão Mineral ou desapropriação.



A alteração é positiva por estar apoiada em Decreto de Utilidade Pública.

Possibilidade de Direitos Minerários serem dados em garantia para obtenção de financiamento.



Embora ainda não regulamentado, a alteração é positiva por, em tese, simplificar a oneração.

Alterações gerais

Guia de Utilização será outorgada pelo prazo de 1 a 3 anos e somente poderá ser renovada apenas uma vez.



Até então, inexistia limitações.

A ANM definirá prazos para tramitação dos processos minerários.



?

Alterações gerais

O procedimento ocorrerá por meio de critérios objetivos de seleção e julgamento.



Até então, os critérios, ainda que objetivamente estabelecidos, passavam pela análise técnica da Comissão de Disponibilidade.

A ANM poderá realizar oferta pública prévia para avaliar o potencial de atratividade da área. Não havendo interessados, a área fica livre. Caso exista apenas um, ele será chamado para transformar sua manifestação em requerimento de título mineral. Se forem vários, a área será disponibilizada.

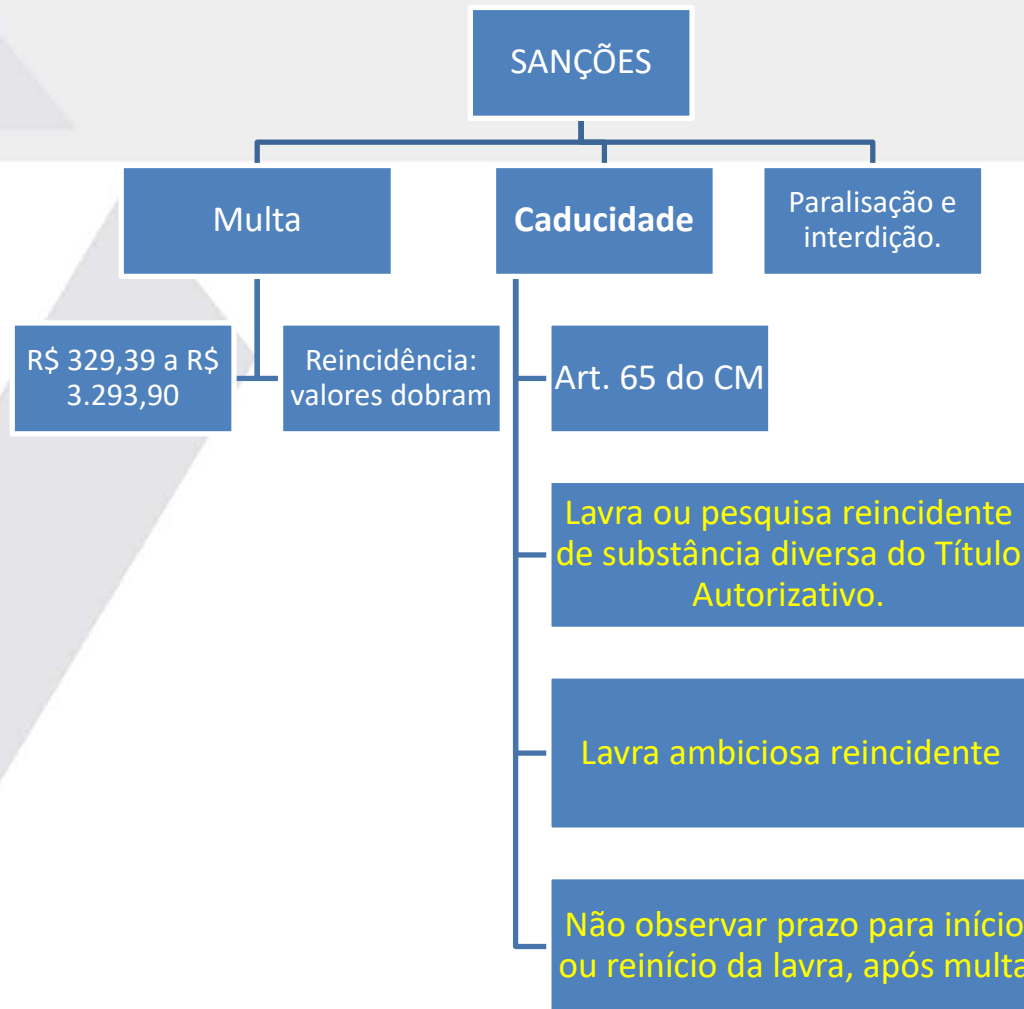


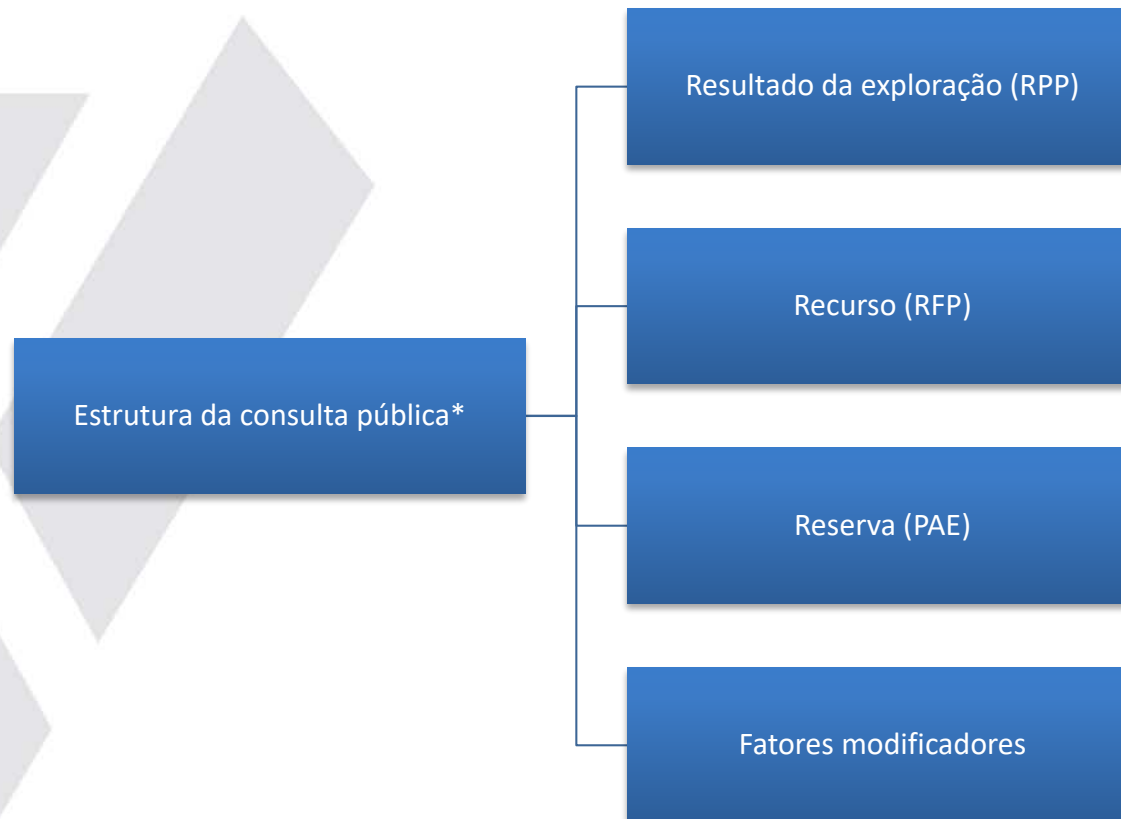
Alteração sem precedentes.

O não cumprimento das obrigações relacionadas ao processo seletivo sujeitará o proponente vencedor à perda imediata do direito de prioridade sobre a área.



Alteração sem precedentes.









WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Obrigado

Bruno Costa

William Freire Advogados Associados

bruno@williamfreire.com.br

(31) 3261-7747 / 9.9102-6111